



43

REVISTA  
PORTUGUESA  
DE  
HISTÓRIA

COIMBRA 2012

# Caldas da Rainha, a vila e as águas

## A administração do Hospital Termal nos finais do século XIX

HUGO FRANCO D'ARAÚJO

Universidade Nova de Lisboa/Bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia  
franco.daraujo@gmail.com

### *Resumo:*

Em 2011 comemoraram-se os quinhentos anos da atribuição, por D. Manuel I, do estatuto de vila à pequena localidade até aí conhecida como Caldas de Óbidos. No ano seguinte, em 1512, a rainha-viúva D. Leonor outorgava o *Compromisso* ao hospital que, anos antes, ali havia fundado.

A vila, nascida das águas, deve-se ao gesto fundador da rainha que lhe deu o nome crescendo, desde então, à sombra das termas que construíram reputada fama ao longo do tempo.

No século XIX, o turismo vem dar novo alento às Caldas, colocando-as *na moda*. Os administradores, cientes da necessidade de dotar a vila de espaços de lazer e recreio, recorrem a empréstimos avultados, recebendo fortes críticas na imprensa e no parlamento. As discussões em torno do Hospital agitam os ânimos locais e nacionais e, opondo republicanos *históricos* a *adesivos*, estiveram na origem de numerosos inquéritos, sindicâncias e projectos de lei que procuravam contrariar o orçamento sempre deficitário da instituição.

Aqui se pretende traçar, em largas pinceladas, um retrato do Hospital D. Leonor neste período conturbado que marcou, de modo singular, a história da instituição, da vila e das águas que lhe deram razão de ser.

### *Palavras chave:*

Caldas da Rainha; Hospital D. Leonor; Termas; Século XIX.

### *Abstract:*

In 2011, we commemorate five hundred years since king D. Manuel I assigned the rank of 'vila' (small town) to a place whose name until then was Caldas de Óbidos. In the following year (1512) the Dowager Queen Leonor granted the 'Compromisso' (Statutes) to the hospital that, years before, she had founded in the same place.

The small town, born from the waters, was the result of the founding gesture of the Queen from whom the place took its name, and went on growing since then, thanks to the reputation of the baths.

In the 19th century, tourism brought new life to Caldas da Rainha which became a fashionable place. Administrators, aware of the need to provide leisure and recreation facilities, had recourse to massive loans, receiving strong criticism in the press and in Parliament. Debates around the Hospital agitated local and national tempers and, opposing historical republicans to 'adesivos' (opportunistic republicans), were at the origin of numerous surveys, inquiries and bills that sought to counter the permanent budgetary deficit of the institution.

Our intention is to sketch a portrait of the Hospital D. Leonor in this troubled period that marked, in a peculiar way, the history of the institution, of the town and of the waters that were the reason of its existence.

### *Keywords:*

Caldas da Rainha; Hospital D. Leonor; Spa; 19th century.

A vila das Caldas da Rainha era ainda, nos finais do século XIX, um bucólico lugar vivendo tranquilamente à sombra das *águas quentes* a que fora buscar o nome. Desde o momento fundador do balneário, preconizado pela rainha D. Leonor (1458-1525), consorte de D. João II, o local atraía numerosos visitantes que, por doença ou lazer, ali iam disfrutar das afamadas águas. A promessa de cura para um infundável conjunto de males levou igualmente às Caldas diversos monarcas que, acompanhados da respectiva corte, muito contribuíram para o desenvolvimento da região<sup>1</sup>. As águas das Caldas foram, aliás, objecto de variados estudos a respeito das suas propriedades e aplicações medicinais. Só na segunda metade do século XVIII foi publicada uma dezena de obras relativas às *agoas thermaes*<sup>2</sup>.

Mesmo que ao longo do século XIX a procura de estâncias temais em Portugal (entre elas a caldense) fôsse crescendo a um ritmo regular, a verdade é que a chegada do caminho-de-ferro, através da Linha do Oeste, inaugurada em 1887, contribuiu significativamente para a inclusão da vila nos roteiros turísticos da moda, tornando-a, anunciavam os periódicos de então «mais um arrabalde como Sintra»<sup>3</sup>. Com duas ligações diárias em cada sentido, era possível fazer da vila um local de passeio, oferecendo à burguesia da capital a possibilidade de uma excursão pitoresca<sup>4</sup>.

A crescente procura das águas termais, aliada às crescentes necessidades de sociabilização própria dos locais de ócio e lazer, levava à criação, em 1837, do *Club de Recreio*. Este tornou-se, desde a sua inauguração, o ponto de encontro da sociedade que ia a banhos e nele eram admitidos os aquistas, as respectivas famílias e outros convidados desde que, passando pela vila, ali se demorassem pouco tempo<sup>5</sup>. No salão, ao som dos dois pianos lá colocados, dançava-se ao serão e durante o dia liam-se jornais na passagem coberta por uma abóbada envidraçada, romanticamente baptizada de *Céo de Vidro*.

---

<sup>1</sup> Desde a fundação por D. Leonor, numerosas foram as visitas régias aos banhos caldenses. Contam-se em especial, pela importância que tiveram no desenvolvimento da vila, as de D. João V (1742 e 1750), D. Maria I (1781, 1782, 1788, 1793 e 1794) e D. Carlos (1893 e 1896).

<sup>2</sup> Apenas para citar alguns exemplos destas obras, refira-se a *Análize das Agoas Thermaes das Caldas da Rainha*, de José Martins da Cunha, publicada em 1778; o *Tratado Phyzico-Chimico-Medico das Aguas das Caldas da Rainha*, dado à estampa por José Nunes Gago logo no ano seguinte, e as *Advertencias sobre os abusos, e legitimo uso das Aguas Mineraes das Caldas da Rainha, para servir de regulamento aos enfermos que dellas tem precisão real*, de Francisco Tavares, em 1791.

<sup>3</sup> *Diário de Notícias*, de 15 de Agosto de 1887.

<sup>4</sup> *Diário de Notícias*, de 14 de Agosto de 1887.

<sup>5</sup> Arquivo Histórico do Museu do Hospital e das Caldas, Hospital Rainha D. Leonor, *Regulamento para o Club de Recreio do Hospital das Caldas*.

Se o transporte ferroviário favoreceu o desenvolvimento da vila em finais de oitocentos, não menos significativa foi a figura de Rodrigo Berquó (1839-1896), administrador do estabelecimento balnear desde 1888 até à data da sua morte<sup>6</sup>. A escolha deste nome para dirigir o Hospital Real ter-se-á devido a dois motivos distintos. Por um lado, Berquó era um técnico que assumira a coordenação do projecto das termas das Caldas da Felgueira onde fora, de resto, responsável pela construção do edifício destinado ao balneário. Por outro, a sua ligação ao Partido Progressista, então com José Luciano de Castro no governo, não terá sido alheia à nomeação, que aparecia aos olhos dos progressistas como uma oportunidade de reforçar a sua influência na região<sup>7</sup>.

A administração do Hospital, inicialmente entregue a um provedor régio, nomeado de forma directa por D. Leonor tal como previsto no *Compromisso* de 1512, foi depois confiada à Congregação de S. João Evangelista (vulgarmente conhecidos como Lóios)<sup>8</sup> até que um *Regimento do Hospital Real das Caldas*, já pombalino, o coloca novamente sob a alçada de um administrador leigo. Datado de 1775, o documento revogava o *Compromisso* quinhentista e colocava a instituição sob a alçada da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, a quem cabia a responsabilidade de nomear os administradores.

A partir de 1877, o Hospital foi gerido pelo médico Francisco Eduardo de Andrade Pimentel que, durante todo o período em que ocupou o lugar, foi severamente criticado pela sua actuação, considerada pouco enérgica e eficaz<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> Nomeado para o cargo a 3 de Janeiro de 1889, cf. ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. Luís I*, liv. 53. D. Rodrigo Maria Berquó, nascido em Lisboa, era filho de D. João Maria da Gama e Freitas Berquó, Marquês de Cantagalo, e de sua mulher, D. Maria Teresa Pinto Guedes Smissaert Caldas. Frequentou o Curso Geral da Escola Politécnica e o de Engenharia na Escola do Exército. Os seus primeiros projectos foram executados em Cascais, local onde passou grande parte da juventude. Em 1882 recebeu um convite para dirigir os trabalhos de exploração das nascentes da Felgueira vindo depois a tornar-se no primeiro director daquele estabelecimento termal. A sua formação académica e a experiência adquirida enquanto responsável pelas novas termas torná-lo-iam mais tarde um dos favoritos para a administração do Hospital Real das Caldas.

<sup>7</sup> Jorge Mangorrinha, “D. Rodrigo Maria Berquó. Apontamentos da vida e obra” in Jorge Mangorrinha (coord.), *Rodrigo Berquó Cantagalo (1839-1896). Arquitecto das Termas*, Caldas da Rainha, Centro Hospitalar, 1996, p. 24.

<sup>8</sup> Cf. Saul António Gomes, *As Cidades Têm Uma História: Caldas da Rainha das Origens ao Século XVIII*, Caldas da Rainha, PH - Património Histórico, 1994, p. 27.

<sup>9</sup> Francisco Eduardo d’Andrade Pimentel, filho de Francisco Theophilo d’Andrade Pereira da Rocha, era natural de Coimbra onde frequentava, em 1852-53, o quinto ano do curso de Medicina. Cf. *Relação e Índice Alfabético dos Estudantes Matriculados na Universidade de Coimbra e no Liceu*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1852.

O «conselheiro Pim», caricaturado por Rafael Bordalo Pinheiro<sup>10</sup> em periódicos como *O António Maria* ou os *Pontos nos ii*, mostrava-se, não obstante, consciente da necessidade de levar a cabo um conjunto de intervenções, essenciais para a modernização e reforma do estabelecimento termal. Dele partira a iniciativa de instituir uma comissão cujo propósito seria o de elaborar um plano de melhoramentos para o complexo termal. Presidida por Pimentel, era constituída por médicos, incluindo os dos Hospital, engenheiros e um arquitecto<sup>11</sup>. Todavia, em breve se percebeu que a comissão era incapaz de alcançar os resultados almejados e Pimentel acabaria por se aposentar ao cabo de quatro décadas de serviço. Na opinião sempre acutilante de Bordalo, o afastamento do administrador fora um «acto meritório» do governo, que com ele «beneficiou as Caldas»<sup>12</sup>, oferecendo uma óptima oportunidade para implantar finalmente as reformas há muito esperadas. As críticas, no entanto, não cessaram com o afastamento de Pimentel. Todas as administrações que lhe sucederam foram, como adiante se verá, alvo de idêntico e constante escrutínio.

Rodrigo Maria Berquó chegava então às Caldas no Inverno de 1888, «a fim de assumir a direcção do estabelecimento das águas»<sup>13</sup> e de coordenar a reforma planeada. A julgar pelos registos burocráticos existentes, não terá perdido tempo e, em 1889, fazia publicar um *Regulamento Provisório do Estabelecimento Balnear das Caldas da Rainha* que substituíu o velho regimento de 1775 e preparava o definitivo, dado à estampa quatro anos mais tarde<sup>14</sup>. No terreno, as reformas ambicionadas foram iniciadas com a transformação do antigo Passeio da Copa, lugar de deambulação e convalescença coberto de arvoredos frondosos, num parque mais vasto e ao estilo inglês, onde os banhistas pudessem passear, remar no lago ou praticar ténis e *croquet*. Embora esta medida represente uma preocupação essencialmente lúdica, as necessidades estruturais do balneário não eram esquecidas. Ao mesmo tempo que o arranjo do parque, realizavam-se prospecções destinadas a captar água potável para melhorar o abastecimento das cozinhas e enfermarias do hospital.

---

<sup>10</sup> Rafael Bordalo Pinheiro instalara a sua fábrica de faianças nas Caldas em 1884.

<sup>11</sup> Arquivo Distrital de Leiria, Real Hospital das Caldas da Rainha, *Sessões da Comissão de Melhoramentos*. No dia 23 de Agosto de 1884 desse ano tivera lugar uma reunião onde a administração do Hospital e representantes do Governo tinham deixado clara a necessidade de uma reforma do estabelecimento balnear e das suas dependências.

<sup>12</sup> *Pontos nos ii*, de 18 de Julho de 1888.

<sup>13</sup> *Diário de Notícias*, de 3 de Novembro de 1888.

<sup>14</sup> Os registos de toda a actividade administrativa da instituição, respeitantes quer a este, quer a outros períodos, conservam-se no Arquivo Histórico do Museu do Hospital e das Caldas, Hospital Rainha D. Leonor.

Por outro lado, a localização do Hospital de Santo Isidoro no largo fronteiro ao balneário joanino, num edifício que não oferecia as condições de higiene que então se entendia serem necessárias, obstava quer ao desafogo do edifício dos banhos, quer ao bom desempenho dos cuidados de saúde do hospital civil<sup>15</sup>. A sua transferência para um local mais afastado da vila, com melhores condições de salubridade e higiene, permitiu ao administrador prosseguir com os trabalhos de remodelação e ampliação dos edifícios existentes. Com efeito, no Largo da Copa, as instalações setecentistas não reuniam já condições que lhes permitissem responder de modo eficaz ao rápido aumento do número de banhistas<sup>16</sup>, conduzindo mesmo a um desperdício das águas cujo caudal era, em 1892, depois da descoberta de uma nova nascente, de quase dois milhões de litros por dia<sup>17</sup>. Tornava-se assim urgente aumentar a capacidade de resposta face à crescente demanda de banhistas e rentabilizar os recursos existentes, solução que passava, necessariamente, pela ampliação do conjunto edificado. Já uma década antes Ramalho Ortigão lamentava que se achassem «ainda acumulados no mesmo edifício o estabelecimento dos banhos e o hospital»<sup>18</sup>.

A construção do Hospital D. Carlos I, financiada através de um empréstimo contraído por Berquó junto da Caixa Geral de Depósitos<sup>19</sup>, resultava portanto da necessidade de expansão das instalações balneares e das enfermarias. Para estas últimas destinava-se integralmente um edifício, a construir de raiz, e a Casa da Convalescença, deixando ao antigo balneário a função primitiva. O projecto, que conheceu várias versões, incluía, além das enfermarias, os restantes serviços necessários ao seu bom funcionamento, como consultórios, serviços administrativos, rouparias, refeitórios e cozinha. Alvo de alguma

---

<sup>15</sup> O Hospital de Santo Isidoro deve a sua origem ao legado de Isidoro Inácio Alves de Carvalho e Aguiar, que o destinara para “tratamento de indigentes do concelho, qualquer que fosse a sua moléstia”. Cf. “Relatório da comissão nomeada por portaria de 4 de fevereiro de 1911 para syndicar dos actos da Administração do Hospital D. Leonor das Caldas da Rainha” publicado no *Diário do Governo*, de 2 de Setembro de 1911, p. 3713-3720.

<sup>16</sup> De acordo com as estatísticas realizadas por ordem do administrador, o número de doentes rondava os cinco mil em cada época balnear.

<sup>17</sup> Cf. Alfredo Lopes, *Águas Minero Medicinais de Portugal*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1892.

<sup>18</sup> Ramalho Ortigão, *As Farpas*, vol. IX, 1882.

<sup>19</sup> O valor do empréstimo situou-se nos 237:747\$380 réis. Contratado a 14 de Dezembro de 1894, destinava-se a ser pago ao longo de 60 anos, em prestações semestrais, a uma taxa de 5 por cento. Em 1910 apenas tinham sido pagas quatro dessas prestações. Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 11 de Março de 1913 e “Relatório da comissão nomeada pela portaria de 30 de Agosto de 1907” publicado no *Appendice ao Diário do Governo*, de 29 de Outubro de 1910, p. 14.

contestação pelas dimensões, estética e localização, considerado como uma construção sombria que se apropriava de parte da principal zona de lazer dos banhistas, além de prejudicar o negócio das casas de hóspedes da vila, o projecto, traçado pelo próprio Berquó, foi, todavia, aprovado e os trabalhos iniciaram-se, com o lançamento da primeira pedra, em Março de 1893. No mesmo dia, na presença do próprio monarca, inaugurava-se com solenidade o novo Hospital de Santo Isidoro, cujo risco se devia igualmente a Berquó<sup>20</sup>.

Nascida a partir do primitivo balneário quinhentista que, de resto, sempre constituíra o núcleo de desenvolvimento da vila, nem sempre era tarefa fácil separar a esfera municipal dos domínios do Hospital. Os conflitos de interesses entre ambos eram frequentes e cada uma das partes procurava os meios possíveis para afirmar a sua posição. Daí resultava um ambiente de tensão e ambiguidade (ou antes, de promiscuidade) entre a administração do concelho e a gerência hospitalar, levando até a que vários dos titulares de um dos cargos viessem a desempenhar o outro. Rodrigo Berquó conseguiu mesmo a proeza inédita de reunir na sua pessoa, simultaneamente, o cargo de administrador do Hospital e de presidente da Câmara. A sua vitória nas eleições municipais de 1889, às quais concorreu apenas uma única lista, deixa perceber uma provável concertação entre regeneradores e progressistas, que teriam chegado a acordo quanto à divisão de influências políticas na vila.

As suas preocupações enquanto presidente concentrar-se-ão sobretudo nas questões urbanísticas, como o licenciamento de novas edificações e o abastecimento de água potável. Prevendo-se o crescimento da vila em resultado da expansão ambicionada para o complexo termal, era sua prioridade garantir maior qualidade no fornecimento de água, cuja escassez se fazia sentir principalmente nos meses de estio. Assim, foi celebrado um acordo entre o Hospital e a Câmara, dividindo entre ambos o aproveitamento das nascentes que já existiam e daquelas que viessem a ser encontradas em resultado de novas prospecções<sup>21</sup>. As questões em torno da água estavam, uma vez mais, na ordem do dia, reforçando o papel preponderante que esta desempenhava na orgânica da vila.

---

<sup>20</sup> O novo edifício, que em 1910 impressionara pela boa localização e “pelo seu asseio” mereceu algumas críticas por “algumas ratices de arquitectura e engenharia hospitalar, [...] falta de uma sala de operações” e pelo ambiente geral “mais de asilo do que de hospital”. Cf. “Relatório da comissão nomeada por portaria de 4 de fevereiro de 1911 para syndicar dos actos da Administração do Hospital D. Leonor das Caldas da Rainha”,..., p. 3716.

<sup>21</sup> Veja-se acerca destas questões João Bonifácio Serra, “Um elefante entre as faianças” in Jorge Mangorrinha (coord.), *Rodrigo Berquó Cantagalo (1839-1896). Arquitecto das Termas...*, cit., p. 85-88.

O mandato de Berquó à frente da administração municipal foi efémero. Contando, em diversas ocasiões com a oposição dos restantes vereadores, o presidente mostrará pela primeira vez, em 1890, a intenção de abandonar o cargo na sequência de divergências em torno da construção de um matadouro municipal e do abastecimento de carne no concelho<sup>22</sup>. No ano seguinte resolve dar cumprimento à sua decisão, demitindo-se depois de novo debate acerca da situação financeira do município, incapaz de sustentar as obras da rede pública de água e saneamento<sup>23</sup>.

Durante o tempo em que o administrador permaneceu à frente das termas caldenses, a imprensa foi pródiga em ataques à sua obra, facto a que também as questões políticas não eram alheias<sup>24</sup>. Berquó teria em Francisco Gomes de Avelar o seu principal crítico e adversário. Progressista, administrador do concelho (1890-1893) e dramaturgo, foi o fundador d'*O Caldense*, jornal que dirigiu até 1894, pertencendo ainda ao Grémio dos Artistas e à Sociedade Dramática Caldense. A sua voz (ou antes, a sua escrita) começaria a fazer-se ouvir na primavera de 1891, a propósito da primeira campanha de obras do administrador<sup>25</sup>. Avelar temia a eventual «conversão de uma obra misericordiosa em estabelecimento de negócio», caso se concretizasse a construção de um novo edifício para instalar um hotel. No ano seguinte, as acusações subiram de tom. O director, desejando despejar a Sociedade Dramática, instalada num espaço pertencente ao Hospital, tentou, sem sucesso, uma subscrição pública para a construção de um novo teatro<sup>26</sup>. Francisco de Avelar e a sua sociedade não lhe perdoariam o «despotismo»<sup>27</sup>.

Por seu turno, Rodrigo Berquó acusara, dias antes, o administrador do concelho de descortesia e indelicadeza por ignorar as suas solicitações, não disponibilizando o contingente policial que solicitara para a vigilância do

---

<sup>22</sup> Idem, *ibidem*, p. 86.

<sup>23</sup> Os trabalhos então iniciados prendiam-se com a ideia de separar, tornando independentes, as condutas de esgotos da vila das do Hospital. A imprensa da época era pródiga em críticas ao estado da vila, incapaz de dar resposta às demandas dos veraneantes e cuja esfera de acção extrapolava as competências do Hospital. Faltavam equipamentos hoteleiros e de lazer e as ruas, em terra batida, mereciam reparos dos veraneantes. Cf. *Diário Ilustrado*, de 26 de Agosto de 1887.

<sup>24</sup> A vila assistiu, no último quartel do século XIX, ao aparecimento de numerosos periódicos. Em 1884 fundava-se *O Demócrito* e *O Caldense*, em 1892 *O Tentativa* e *O Círculo das Caldas* no ano seguinte. Em 1896 surgiam *O Futuro das Caldas* e *Os Cavacos das Caldas*, tendo ambos encerrado dois anos mais tarde.

<sup>25</sup> *O Caldense*, de 23 de Abril de 1891.

<sup>26</sup> *Ibidem*, de 10 de Abril de 1892.

<sup>27</sup> *Ibidem*.



Hospital. Face à postura de Avelar, Berquó requiere uma sindicância aos actos do administrador concelhio, gesto que este considerará uma grave afronta. A partir desse momento, a campanha contra o antigo director das termas da Felgueira intensifica-se. Em Maio, a ausência do habitual baile de abertura da época balnear, em Junho o fornecimento de carne no Hospital e a inauguração do lago do parque e, em Setembro, o fracasso das receitas para construção do teatro, motivariam, todos eles, artigos pouco abonatórios na imprensa<sup>28</sup>.

Mesmo que a conclusão do Hospital de Santo Isidoro e o início dos trabalhos do novo balneário tivessem abrandado os ânimos da imprensa e dispusessem a seu favor a população, em meados de 1894 registar-se-ia nova e acesa campanha contra Rodrigo Berquó, uma vez mais saída da pena de Gomes de Avelar, desta feita no estreante *Círculo das Caldas*<sup>29</sup>. Apontavam-se-lhe como principais defeitos a arrogância, a vaidade, a intolerância, a excessiva burocratização e o cunho autoritário. Bordalo, seguindo de perto as críticas, parodiava-o também. Era o «faraó», o «supremo arquitecto das Caldas», o «anjo do extermínio»<sup>30</sup>. Para o administrador, as inflamadas palavras dos periódicos locais tinham unicamente por base divergências de ordem pessoal.

Ainda em 1893 surge uma das figuras que marcaria, ao longo das décadas seguintes, a oposição aos sucessivos directores do Hospital Termal. Tratava-se de Francisco José Machado<sup>31</sup>, membro do Partido Progressista e deputado às Cortes, eleito a primeira vez, pelo círculo eleitoral das Caldas, em 1887. A 21 de Outubro de 1893, *O Círculo das Caldas* publicava uma carta dirigida ao deputado, alertando-o para a possibilidade da supressão dos serviços religiosos, prevista no regulamento redigido por Berquó. O jornal lembrava ainda o perigo de extinção de algumas nascentes de água, caso as obras não fossem conduzidas com as devidas precauções.

Toda esta longa campanha, nas suas várias frentes, terminaria no final desse ano. Não tanto por exaustão, face à «negligência dos caldenses»<sup>32</sup> que o periódico lamentava, mas pela saída de Gomes de Avelar da redacção, movido pelo intuito de fundar uma nova publicação, que viria a editar-se com o nome

---

<sup>28</sup> *O Caldense*, de 22 de Maio, 18 de Junho e 4 de Setembro de 1892.

<sup>29</sup> O último número d'*O Caldense* havia saído em Janeiro de 1894.

<sup>30</sup> *O António Maria*, de 10 de Setembro e 11 de Outubro de 1894 e 10 de Janeiro de 1895.

<sup>31</sup> Francisco José Machado, que detinha o posto de coronel de Artilharia, seria mais tarde Par do Reino.

<sup>32</sup> *O Caldense*, de 2 de Dezembro de 1894.

de *Cavacos das Caldas*<sup>33</sup>. Resultado disso, o *Círculo* adoptou um tom bem mais leve assumindo até, em alguns casos, a defesa do director do Hospital Real<sup>34</sup>.

Entretanto, o estado de saúde deste começara a dar sinais de algum agravamento. No final de 1895 surgiam notícias dando conta que Berquó se ia achando «bastante incomodado»<sup>35</sup>. Viria a falecer meses depois, a 16 de Março do ano seguinte, em Lisboa, na casa de D. Fernando de Sousa Coutinho, seu amigo de longa data<sup>36</sup>. A imprensa, pródiga em elogios, lembrava o seu carácter activo e enérgico, adjectivos que, de resto, surgiram abundantemente nos jornais.

Em pouco menos de uma década, o sucessor do conselheiro Pimentel, mau grado as polémicas em que se viu envolvido, dera novo fôlego às termas caldenses. Mesmo que as suas realizações estivessem aquém do que seria desejável para um complexo termal oitocentista de grande afluência, são assinaláveis os esforços de Berquó para o encaminhar nesse sentido. Em 1893, o *Caldense* congratulava-se com o arranque dos trabalhos por ele planeados, afirmando que deles dependia «a riqueza vital desta terra» e fazendo votos para que «nenhuma dificuldade imprevista» pudesse vir «embaraçar o engrandecimento do hospital das Caldas da Rainha»<sup>37</sup>. No final de 1896, o novo administrador, tecendo fortes críticas à gestão precedente, propunha que fossem suspensas das obras do novo edifício.

Para dirigir as termas após a morte de Rodrigo Berquó foi nomeado o Dr. José Filipe de Andrade Rebelo<sup>38</sup>. Médico do Hospital Real, era uma figura bem conhecida da população local e já em 1888 Rafael Bordalo Pinheiro sugereria o seu nome para o cargo, dizendo-o merecedor da gratidão dos caldenses, coisa que, acrescentava com mordacidade, era a «mais rara d'este mundo»<sup>39</sup>. No relatório que Andrade Rebelo elaborou, logo nos primeiros meses em que esteve à frente da instituição deixa bem clara a discordância com o plano concebido pelo seu antecessor<sup>40</sup>. Defendendo a necessidade de obras no edifício existente ao invés de apostar na construção de infra-estruturas

---

<sup>33</sup> O primeiro número do jornal *O Caldense* foi publicado a 15 de Maio de 1896.

<sup>34</sup> *O Círculo das Caldas*, de 20 de Agosto de 1895.

<sup>35</sup> *Idem*, de 17 de Dezembro de 1895.

<sup>36</sup> *Diário de Notícias*, de 18 de Março de 1896.

<sup>37</sup> *O Caldense*, de 2 de Abril de 1893.

<sup>38</sup> José Filipe de Andrade Rebelo era natural da Moita dos Ferreiros, Lourinhã, onde nascera no início de 1840. Cf. Manuel de Mello Corrêa, *Sangue Velho, Sangue Novo*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1988, p. 231.

<sup>39</sup> *Os Pontos nos ii*, de 19 de Julho de 1888.

<sup>40</sup> AHMHC, Hospital Rainha D. Leonor, *Copiador de Ofícios*, 1888.

de raiz, abria caminho para a suspensão dos trabalhos no projectado Hospital D. Carlos I, como efectivamente veio a acontecer.

A direcção do conselheiro Rebelo, embora menos atribulada e controversa que a anterior, seria igualmente pontuada por diversas críticas e episódios curiosos. O *Club de Recreio*, ponto de encontro dos veraneantes, era palco de animados e elegantes bailes onde aqueles que dispunham de menos recursos não tinham lugar. No entanto, era-lhes permitido disfrutar do espectáculo através das largas janelas do edifício, onde a iluminação abundante do interior mostrava as valsas e os *cottillons*. Em 1897, depois de alguma pressão por parte dos regeneradores caldenses, o administrador providenciou a colocação de persianas nas vidraças do clube, gesto que mereceu a aprovação d'*O Futuro das Caldas*, vinculado a esse círculo político. Os caldenses, contudo, não partilhavam da mesma opinião e, pouco tempo depois, as janelas eram vandalizadas e as persianas destruídas. O episódio forneceu matéria para longas discussões, inflamadas pelo relatório que o Dr. José Filipe enviara para o ministério onde, procurando atenuar o episódio, atribuía os incidentes apenas a jovens e indivíduos embriagados<sup>41</sup>. Várias pessoas foram intimadas a prestar declarações sobre o sucedido mas a ausência de provas impediu quaisquer outros desenvolvimentos. Pouco tempo depois, em Julho, as janelas foram de novo abertas, permitindo à população continuar a assistir, mesmo que do exterior, às festas dos aquistas endinheirados.

No ano seguinte, o Governo Civil teve a iniciativa de sugerir nova organização hospitalar, com o aval do Ministério do Reino, vigorando desta forma, a partir de Maio de 1898, as bases pelas quais o estabelecimento termal se regeu até ao início do século XX. Cinco anos mais tarde, Andrade Rebelo cessava as suas funções na direcção do hospital.

A 26 de Janeiro de 1903 chegava às Caldas, acompanhado de toda a família, o açoriano Augusto Cymbron Borges de Sousa, «um homem novo cheio de talento e actividade»<sup>42</sup>. Médico formado em Coimbra, ocupara o lugar de director-clínico das termas de Vidago e desempenhara funções no Hospital da Universidade de Coimbra antes de ser nomeado delegado de saúde da Figueira da Foz. Sucedendo a Neto Rebelo, passava a assumir a direcção do Hospital Real<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> João Bonifácio Serra, *cit.*, p. 98.

<sup>42</sup> Joaquim Tenreiro Sarzedas, *Relatório sobre a Inspeção Médica às Águas Mineraes e suas Estancias em 1902*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903, p. 36.

<sup>43</sup> Miguel Ribeiro Pedras, “Um lugar apeteçível” in *República a Banhos. O Hospital Termal e a I República*, Caldas da Rainha, Centro Hospitalar, 2010, p. 35-41.

Uma das primeiras iniciativas de Cymbron foi a de elaborar novos regulamentos para os vários serviços que compunham o Hospital: a administração e direcção, a farmácia e, posteriormente, com os serviços eclesiásticos e os de «clínica hydrotherapica»<sup>44</sup>. Mais tarde, estas normas, mercê da própria evolução do conceito termal e hospitalar, serão novamente modificados novamente por sugestão do próprio director. Assim aconteceu com o dos serviços clínicos, logo no início de 1912, notando-se o acréscimo das funções do amanuense da secretaria relativamente à admissão e às estatísticas de doentes<sup>45</sup>. Estas alterações estender-se-iam também, graças à implantação do regime republicano à subsequente lei que definia a separação do Estado e da Igreja<sup>46</sup>, ao regulamento dos serviços eclesiásticos que, por extravasar o âmbito interno do Hospital, seriam bem mais complexas e morosas.

Outras das medidas postas em prática passaram pela instalação de uma sala de duches, no edifício do inacabado Hospital D. Carlos I (utilizada pelos aquistas que não conseguiam suportar a densa atmosfera do balneário setecentista), e de um laboratório para análises químicas. Instituiu-se também a divisão dos banhos em duas classe e, inscrevendo uma verba adicional no orçamento da instituição, foi contratado um massagista. Esta inovação era fruto das convicções pessoais do director que considerava a massagem como «um auxiliar muito poderoso para o tratamento de certas formas de rheumatismo» podendo ser até, «em certos casos a única therapeutica curativa»<sup>47</sup>.

Introduziram-se ainda novos melhoramentos técnicos, sobretudo ao nível do equipamento, o que se reflectiu na substituição de aparelhos manuais por outros mecânicos. Foi o caso das duas bombas adquiridas para alimentar os banhos de tina e de outra destinada às pulverizações que permitia manter de forma regular a pressão necessária. A caldeira *Belleville* e uma estufa de desinfecção de roupas, instalada nos *pavilhões* inacabados de Berquó, vieram também facilitar o desempenho de outras tarefas quotidianas<sup>48</sup>.

<sup>44</sup> Os regulamentos mencionados foram sucessivamente publicados em *Diário do Governo*, de 5 de Janeiro 1904 e 25 de Fevereiro de 1904. Em Maio de 1906 saía o regulamento dos serviços de Clínica Hidroterápica e, em Abril de 1909, o dos Serviços Religiosos.

<sup>45</sup> AHMHC, Hospital Rainha D. Leonor, *Copiador de Ofícios*, 1912.

<sup>46</sup> *Diário do Governo*, de 21 de Abril de 1911.

<sup>47</sup> A propósito das inovações introduzidas neste período veja-se o nosso estudo em Hugo Franco d'Araújo, "O governo da casa" in *República a Banhos. O Hospital Termal e a I República*,..., p. 43-53.

<sup>48</sup> Idem, *ibidem*, p. 49.

De facto, a inexistência de maquinaria adequada ao desempenho de certos trabalhos conduzia a soluções que nem sempre seriam as melhores. Refira-se, como curiosidade, que ainda nos primeiros anos do século XX, na *buvette* existente no rés-do-chão na zona central do edifício, abastecida através do *pocinho* da Copa (reservatório localizado num nível subterrâneo), a água era levada até ao piso térreo através de uma bomba accionada continuamente, ao longo de todo o dia, por um homem, cego, que recebendo 300 réis diários era, durante esse tempo, mantido num cubículo sem luz nem ventilação naturais, repetindo sem cessar o mesmo movimento. A situação, de resto, não passou despercebida aos olhos de uma Comissão de Melhoramentos que, no seu relatório, a considerou indigna da «fraternidade humana»<sup>49</sup>.

Este grupo de trabalho, nomeado no governo de João Franco por portaria de 30 de Agosto de 1907, fora instituído com propósitos idênticos aos que haviam norteado a anterior comissão de 1884<sup>50</sup>. Os seus membros estavam incumbidos de estudar e apresentar «as modificações que conviesse introduzir na organização e execução dos serviços a cargo do estabelecimento termal das Caldas da Rainha e propor ao Governo o melhor sistema de utilização e exploração daquela estância» quer do ponto de vista assistencial, quer do recreativo. A principal preocupação era, sem surpresa, a situação financeira do Hospital, agravada pelo empréstimo contraído por Berquó e pelo elevado encargo que o clube e as estruturas de lazer representavam no seu orçamento.

No mesmo ano de 1907, depois da acalmia dos primeiros anos da gestão de Augusto Cymbron, intensificaram-se as discussões em torno do futuro do Hospital Real. Francisco José Machado, encetando pela terceira vez as críticas a uma direcção das termas, apontava o dedo à ideia de implementar uma época balnear de inverno. Os receios do antigo deputado, agora Par do Reino, buscavam fundamento nas intenções da rainha D. Leonor e do cunho beneficente que esta tinha querido imprimir à sua obra. Em 1908, aproveitando o corte de árvores no Largo da Copa, denunciava o «vandalismo que se tem praticado [...] nas dependências da administração do Hospital Real»<sup>51</sup>. O director, procurando defender-se das acusações que lhe eram feitas, solicitava ao Ministro do Reino permissão para publicar documentos que comprovassem a ausência de culpa.

---

<sup>49</sup> “Relatório da comissão nomeada pela portaria de 30 de Agosto de 1907”,..., p. 3.

<sup>50</sup> Da comissão faziam parte os médicos Alfredo da Costa (1859-1910), Alfredo Luís Lopes (1853-1937) e Sebastião da Costa Sacadura (1872-1966), o escritor Ramalho Ortigão (1836-1915) e o Visconde de Sacavém (1863-1928).

<sup>51</sup> *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, de 3 de Junho de 1908.

Esta troca de argumentos manter-se-ia nos anos seguintes, atingindo, não raras vezes, níveis de grande exaltação entre as partes.

Longe da vila, o coronel Francisco José Machado possuía informadores com quem se correspondia regularmente. Eduardo Sales, escrivão de fazenda, e João António Duarte, ambos residentes nas Caldas, eram dois dos observadores atentos e cujos depoimentos foram recolhidos aquando de uma das sindicâncias realizadas ao responsável pelo estabelecimento termal<sup>52</sup>. No entanto, na opinião de João António Duarte, a administração de Cymbron não era «nem melhor nem pior do que as anteriores».

Machado conseguira efectivamente, junto do almirante Ferreira do Amaral (1844-1923), que ocupava então a presidência do Ministério, a realização de uma sindicância a Cymbron. Entre as várias acusações destacavam-se, invariavelmente, as de ordem financeira, apontando-se os gastos excessivos do director e a má utilização das verbas extraordinárias concedidas pelo Governo. Dispondo de mais recursos que o anterior administrador, nem sempre os despenderia da melhor forma<sup>53</sup>.

Os orçamentos anuais e, em particular, os da gestão de Cymbron, onde se detalha com clareza o tipo de gastos e os números envolvidos permitem compreender a complexidade da gestão do Hospital Real, depois Hospital D. Leonor<sup>54</sup>, patente também na extensão do seu património edificado. No Largo da Copa ficava o edifício principal, albergando as três piscinas (uma para homens, outra para mulheres e uma terceira para abastecimento do piso superior), as salas de pulverizações e inalações, os gabinetes dos clínicos, salas de espera, quartos, uma sala de descanso (depois tornada salão nobre) e os serviços administrativos. As enfermarias do hospital ocupavam o último piso, «em instalação provisória que ainda agora dura»<sup>55</sup>. No mesmo largo situavam-se ainda a Albergaria, destinada aos «doentes pobres» que esperavam pelo ingresso no hospital, onde Cymbron instalara um laboratório para análises «químicas e bacterioscópicas», a Casa da Convalescença e o Clube, junto do parque e do edifício inconcluso do novo hospital. Num nível superior, a nascente, ficavam o Palácio Real (servindo como residência do director, embora Berquó tivesse erguido a Casa dos Administradores para esse fim) e a mata, a que havia ainda a

---

<sup>52</sup> “Relatório da comissão nomeada por portaria de 4 de fevereiro de 1911 para syndicar dos actos da Administração do Hospital D. Leonor das Caldas da Rainha”,..., p. 3718.

<sup>53</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>54</sup> *O Círculo das Caldas*, de 28 de Outubro de 1910.

<sup>55</sup> “Relatório da comissão nomeada por portaria de 4 de fevereiro de 1911 para syndicar dos actos da Administração do Hospital D. Leonor das Caldas da Rainha”,..., p. 3717.

acrescentar a Igreja de Nossa Senhora do Pópulo e as capelas do Espírito Santo, de S. Sebastião e de S. Lourenço, esta última já na localidade de São Mamede.

A gestão de todo este património e do numeroso pessoal que assegurava o seu funcionamento e manutenção tornava-se, como não podia deixar de ser, bastante onerosa. As fontes de receita do hospital, longe dos avultados rendimentos que a «generosa fundadora» desejava, provinham na sua quase totalidade da exploração do balneário e do arrendamento de alguns imóveis, acrescidas da escassa renda obtida com algumas inscrições, foros e laudémios, resultantes de antigos direitos gradualmente abolidos. Juros, rendimentos prediais e «*direitos dominicaes*», onde se incluíam os foros e os laudémios, totalizavam cerca de 4:500\$000 réis. O tratamento dos pensionistas, a utilização das piscinas, duches e tinhas, o aluguer de cadeirinhas e roupas e a venda de bilhetes de admissão, entre outros, juntamente com o rendimento da farmácia, da venda de água termal (que, partindo da iniciativa do administrador Pimentel se viria a revelar um fracasso pelas dificuldades de preservação das suas características) e das assinaturas e jogos do *club de recreio*, totalizavam 13:267\$110 réis. A maior fatia do rendimento provinha, no entanto, de uma dotação paga pelos cofres do estado, cujo montante se fixava nos 16:454\$400 réis. A receita total do Hospital situava-se assim, em média, nos 34:000\$000 réis<sup>56</sup>.

Quer durante a administração do Dr. Augusto Cymbron, quer dos seus antecessores, os valores da receita e da despesa não sofreram oscilações consideráveis. Os subsídios governamentais, embora mais elevados no princípio de novecentos, retomaram, ao tempo do regime republicano, os valores praticados no final do século XIX que rondavam, como se viu, os 16:000\$000 réis. No entanto, deve ter-se em conta o encargo adicional do Estado que, em resultado do empréstimo contraído por Rodrigo Berquó para o seu programa de obras, passou a contribuir com 12:500\$000 réis para a sua amortização.

Os encargos do estabelecimento termal absorviam, porém, toda a receita obtida. A despesa com o pessoal ascendia a 19:000\$000 réis, ou seja, mais de metade do total da receita de todo o Hospital. Seguiam-se os gastos com a alimentação dos doentes (cerca de 3:300\$000 réis), as despesas com o balneário, reparações e aquisição de novos equipamentos, compra e lavagem de roupas, aquisição de drogas para a botica, material para obras e reparos nos edifícios entre outras verbas menos significativas. O clube, mata e igreja de Nossa Senhora do Pópulo representavam um elevado custo de manutenção, com receita muito reduzida.

---

<sup>56</sup> Os valores apresentados dizem respeito ao ano de 1910. Cf. AHMHC, Hospital Rainha D. Leonor, *Copiador de Orçamentos n.º 2*.

O quinteto que animava os serões do clube nos meses de verão obrigava a um gasto 900\$000 réis e a iluminação, os lanches e até os baralhos de cartas constituíam um encargo superior a um conto de réis. Nas capelas, além dos ordenados dos religiosos e pessoal auxiliar, gastavam-se cerca de três centenas de réis em utensílios, cera e reparações. O parque, incluindo a banda contratada para tocar ao ar livre, iluminação e compra de botes, jogos e cadeiras para os aquistas, e na mata, onde eram necessários utensílios, adubos e sementes, representavam uma despesa de quase 2:400\$000 réis.

A fatia do orçamento destinada ao pessoal do hospital e à distração dos seus utentes totalizava cerca de dois terços da verba disponível. Assim sendo, não é de estranhar a torrente de críticas que visava esta distribuição da despesa. O primeiro relatório sobre o Hospital após a implantação da República, em resultado de uma sindicância à administração, afirmava mesmo que o Estado ali se tinha dedicado a «sacrificar o bem ao prazer, a assistência à diversão, a caridade à luxúria» quase numa tentativa de «fazer do hospital um casino»<sup>57</sup>. As acusações eram baseadas no saldo negativo apresentado pelo parque e pelo casino durante anos consecutivos, em resultado dos gastos com músicos e prémios atribuídos aquando dos torneios que tinham lugar durante a estação balnear. Os vencimentos dos clínicos não eram menos alvo de críticas, à semelhança do que acontecia com a farmácia hospitalar, o pagamento de «comedorias» ao director e, sobretudo, a assistência religiosa prestada pela instituição.

De facto, com o número de remunerações a atingir uma dezena, entre vigário, capelães, sacristães, cantores e organistas, o encargo do Hospital com o culto e os edifícios religiosos era fortemente questionado. Com maior ênfase após a queda do regime monárquico, defendia-se que a instituição pudesse assegurar o bem-estar espiritual dos seus doentes mas nunca o das almas de toda a vila, como até aí acontecia.

Por tudo isto, o período em que o Hospital esteve sob a tutela de Cymbron, particularmente durante a vigência da I República, foi pródigo em propostas que visavam o arrendamento do parque, dos pavilhões e do *club de recreio* como forma de eliminar o elevado peso que representavam no orçamento de uma instituição onde se procurava sublinhar a matriz assistencial. Os projectos apresentados iam no sentido de abolir privilégios instituídos, como o da habitação do tesoureiro, cujos custos eram suportados pelo erário hospitalar. Outros propunham também, como se verá adiante, que hospital e balneário

---

<sup>57</sup> Cf. “Relatório da comissão nomeada por portaria de 4 de fevereiro de 1911 para syndicar dos actos da Administração do Hospital D. Leonor das Caldas da Rainha”,..., p. 3714.



funcionassem de forma independente, ficando somente o primeiro a cargo do Estado.

Ambos ocupavam, como não podia deixar de ser, o maior número de pessoal vinculado à instituição. No *estabelecimento hospitalar*, a assistência médica era «permanente, e feita por três facultativos, dois que têm a seu cargo o foro médico e o terceiro o foro cirúrgico» e, «no estabelecimento, a ninguém é dado usar de qualquer tratamento sem a documentada prescrição médica de algum dos seus clínicos, que a horas desencontradas, diariamente, fornecem consulta no Hospital Real, a quem lh'a solicita»<sup>58</sup>. Se o hospital necessitava apenas destes três médicos, alguns enfermeiros e ajudantes, um barbeiro e um moço para as luzes, as tarefas do balneário, com a manutenção das tinhas, dos equipamentos de duchas e inalações, exigiam um efectivo bem mais numeroso, que a repartição dos tratamentos por classes e sexos fazia aumentar ainda mais.

A cozinha, onde se preparava a alimentação dos doentes internos, ocupava o piso térreo da Casa da Convalescença, estando a cargo de um cozinheiro, um ajudante e um despenseiro. Durante a *época* de 1909 consumiram-se cerca de 11 toneladas de pão, 1 714 quilos de carne de vaca e 2 744 de carneiro, 2 toneladas de bacalhau e 6 875 quilos de batatas. O consumo de leite rondou os 3 000 litros. Gastaram-se em sal, açúcar, manteiga, alhos, cebolas e toucinho cerca de 240\$375 réis, de um total de 3:221\$075 despendidos em géneros alimentares<sup>59</sup>.

Embora a maior parte dos alimentos fosse adquirida a terceiros, algumas frutas e legumes provinham da Mata. Para esse efeito, o Hospital dispunha de um hortelão, um abegão, carroceiros, jornaleiros e adquirira duas ou três juntas de bois que, além de auxiliar a lavoura, serviam para transportar os cascos de água salgada desde a Foz do Arelho, utilizada em diversos tipos de banhos, e as roupas que, antes da instalação de equipamento apropriado nas dependências hospitalares em 1926, eram lavadas no rio<sup>60</sup>.

Outro serviço indispensável ao funcionamento hospitalar era a *pharmacia*. Gerida por um farmacêutico, igualmente responsável pelo serviço de laboratório, contava com um ajudante e um servente, aos quais cabia o fornecimento de medicamentos e de águas medicinais e de mesa ao serviço interno do Hospital, aos seus funcionários (para quem não existiam custos) e ao público em geral.

---

<sup>58</sup> Joaquim Tenreiro Sarzedas, *Relatório sobre a Inspeção Médica às Águas Mineraes e suas Estancias*,..., 1903, p. 35-36.

<sup>59</sup> AHMHC, Hospital Rainha D. Leonor, *Copiador de Orçamentos n.º 2*.

<sup>60</sup> “Syndicancia aos actos administrativos da Direcção do Hospital Real das Caldas da Rainha” in *Appendice ao Diario do Governo*, de 28 de Outubro de 1908.

Esta gratuitidade do fornecimento ao pessoal esteve, de resto, na origem de uma das inúmeras acusações apontadas à gestão Cymbron. Em 1911, a despesa com a farmácia hospitalar era de 1:500\$000 contra uma receita de apenas 900\$000<sup>61</sup>.

Com uma esfera de acção tão alargada, a instituição tonava-se necessariamente tentacular, consequência directa da multiplicidade de atribuições e competências. Os desequilíbrios orçamentais ilustravam bem a dificuldade em alcançar uma sustentabilidade que permitisse ao Hospital Real assegurar uma boa saúde financeira. Se anteriormente já haviam sido apresentadas numerosas propostas que procuram soluções para este problema, durante toda a gestão de Augusto Cymbron estas multiplicaram-se.

A 18 de Março de 1912, o deputado Afonso Ferreira, natural de Alcobaça, apresentava à Câmara dos Deputados um projecto para reformular a administração do antigo Hospital Real que, desde o ano anterior, se designava Hospital Rainha D. Leonor e que era, na sua opinião «uma colegiada de cónegos»<sup>62</sup>. Depois de tecer fortes críticas à sua gestão, que considerava ruínosa, o deputado sustentava o seu projecto em quatro pontos distintos. Em primeiro lugar, o encargo com o Hospital de Santo Isidoro deveria ser transferido para a administração municipal e a igreja de Nossa Senhora do Pópulo entregue a uma entidade religiosa que dela se quisesse encarregar ou, se tal não sucedesse, encerrada. Previa-se igualmente a extinção da farmácia e, por fim, o balneário, o casino, o parque e os edifícios de Berquó, então devolutos, seriam cedidos a uma concessão privada a quem caberia a exploração destes equipamentos<sup>63</sup>. O resultado era deixar à responsabilidade directa do Estado apenas a componente assistencial através da manutenção do hospital propriamente dito<sup>64</sup>.

As estatísticas revelavam que o número de doentes com poucos recursos económicos, a quem era concedida gratuitidade nos tratamentos, ultrapassava metade do número de utentes pagantes. Em 1908, estes últimos foram 2572, enquanto o número de doentes gratuitos totalizou 1625. Nesse ano, o défice do hospital chegou aos 17:161\$700 réis. No ano seguinte, o número de aquisitas *ricos* manteve-se e o de doentes gratuitos subiu ligeiramente. Em 1910, foram 2585 os pagantes e cerca de 1800 gratuitos. Tendo em conta estes

---

<sup>61</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, de 19 de janeiro de 1912.

<sup>62</sup> *Ibidem*, de 18 de Março de 1912.

<sup>63</sup> Em 1910, sublinhava-se já, relativamente aos equipamentos de lazer, o «quanto a administração do Estado entre nós, como aliás em toda a parte, é ineficaz, e até prejudicial em empresas desta ordem». Cf. «Relatório da comissão nomeada pela portaria de 30 de Agosto de 1907»,..., p. 1.

<sup>64</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, de 18 de Março de 1912.

números, as reformas na instituição, dizia Afonso Ferreira, eram «aconselhadas pelo bom senso»<sup>65</sup>.

A estas motivações de ordem económica vinham juntar-se as de carácter político. Com a chegada da república, Cymbron, como muito outros, integrou o chamado grupo dos *adesivos*, alcunha dada pelos republicanos *históricos* (como o deputado Afonso Ferreira) a todos aqueles que, sendo monárquicos, se filiaram na causa republicana depois do 5 de Outubro. A partir dessa data, a actividade política da vila gravitava em torno de dois centros republicanos: o Cândido dos Reis, do qual faziam parte os mais antigos republicanos caldenses, e o Miguel Bombarda. Este último, constituído por uma ala mais conservadora e moderada, acolhia no seu seio muitos dos *adesivos*, incluindo Cymbron, que havia disponibilizado um espaço nas instalações do próprio hospital para sede do centro. A presença de Francisco Grandela, comerciante e industrial, no Centro Miguel Bombarda, do qual viria a tornar-se presidente, contribuiu para o aumento da sua visibilidade<sup>66</sup>.

Ainda assim, os ataques ao director não cessaram, transformando-se numa luta entre o «grupo» da Câmara, filiado no Centro Cândido dos Reis, e o do Hospital. No verão de 1913, os opositores de Cymbron recebiam com agrado a notícia da sua exoneração do cargo de director do Hospital Rainha D. Leonor<sup>67</sup>. Viria, no entanto, a reassumi-lo de modo efémero, mas a pressão de alguns republicanos mais radicais e as crescentes divergências fá-lo-iam abandonar definitivamente o lugar no final de 1914. A partida de Augusto Cymbron marcava simbolicamente o encerramento de um dos períodos de maior actividade da estância termal, que registaria a partir de então uma procura decrescente. A diminuição do número de aquistas relacionava-se, principalmente, com a inadaptação do balneário às novas exigências do termalismo que se faziam sentir no início do novo século.

De resto, a ausência da corte num lugar que, até 1910, permanecera um reduto privilegiado da monarquia, contribuiu também para o decréscimo da sua popularidade e para a desagregação de um microcosmos que, formando-se durante alguns meses por ano, se adensava por ocasião das visitas régias às Caldas. Na verdade, a presença dos monarcas atraía um grande número de seguidores que aproveitava o ambiente menos formal para a obtenção de

---

<sup>65</sup> *Ibidem*.

<sup>66</sup> João Bonifácio Serra, *21 anos, pela História. Caldas da Rainha*, Caldas da Rainha, PH-Grupo de Estudos, 2003, p. 410.

<sup>67</sup> *O Círculo das Caldas*, de 1 Novembro de 1913.

pequenos favores e mercês<sup>68</sup>. Num inflamado discurso de 1912, Afonso Costa considerava mesmo o Hospital como «um dos cancrozinhos da monarquia, que é preciso extirpar»<sup>69</sup>.

Embora se registassem pontualmente, as discussões em torno da administração hospitalar e da sua sustentabilidade foram diminuindo de tom ao longo das décadas seguintes<sup>70</sup>. A concorrência de outras estâncias termais, particularmente a partir dos primeiros anos do século XX, contribuiu em grande parte para a crescente perda de protagonismo das Caldas. O ano de 1910, pródigo neste tipo de equipamentos, viu nascer o Grande Hotel da Curia e o Palace Hotel, em Vidago. No Luso, remodelava-se o edifício das termas e o do clube, proporcionando aos aquistas maior conforto e qualidade<sup>71</sup>.

A «eterna questão do Hospital»<sup>72</sup>, como lhe chamava, em 1913, um semanário republicano, parecia, de facto, não ter fim à vista. Depois da saída de cena de Augusto Cymbron, fora posto em prática um novo modelo de gestão, assente em comissões administrativas, que em breve viria a ser novamente substituído pela figura única do director. No entanto, o folêgo das termas caldenses desaparecera em parte no limiar do século XX. O ambicioso projecto de Berquó para um novo Hospital D. Carlos I não voltaria a ser retomado, e os edifícios inacabados conheceriam numerosos fins, em muito diferentes daqueles para que fora inicialmente concebido.

Mesmo que em 1910 ainda se considerasse que «a estação termal das Caldas da Rainha tem pela sua tradição, pelo valor incontestável das suas águas sulfúreas, pela beleza e amenidade do seu clima, pelos encantos da sua situação e da sua paisagem, todo o direito a ser considerada a primeira estação hidroterápica de Portugal»<sup>73</sup>, a verdade é que os «defeitos grandes» que impediam «o bom aproveitamento das suas condições terapêuticas» e a

---

<sup>68</sup> As colunas dos jornais locais, normalmente sob o título de *hig-life*, davam conta das famílias elegantes e “cavalheiros distintos” que iam até às Caldas fazer a sua temporada de banhos. Francisco de Almeida Grandela, proprietários dos célebres armazéns lisboetas, escolhera a praia da Foz do Arelho para aí instalar a sua residência de veraneio. Entre outros “devotados e prestimosos amigos desta localidade” contavam-se Frederico Pinto Bastos, o Visconde de Sacavém e os condes de Fontalva e de Almeida Araújo.

<sup>69</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, de 28 de Junho de 1912.

<sup>70</sup> Registaram-se ainda algumas discussões na Câmara dos Deputados em torno do Hospital nos anos de 1916, 1917 e 1919. Cf. Jorge Mangorrinha, *O Lugar das Termas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, p. 93.

<sup>71</sup> Hugo Franco d’Araújo, “Da Corte à República” in *República a Banhos. O Hospital Termal e a I República*,..., p. 17.

<sup>72</sup> *O Radical*, de 31 de Janeiro de 1913.

<sup>73</sup> *O Occidente*, de 30 de Agosto de 1911.

fruição «de conforto e comodidade» adequados a uma «estação de repouso e recreio» viriam a revelar-se fatais para o seu desenvolvimento nas décadas seguintes<sup>74</sup>. Com o passar do tempo, o desenvolvimento do aglomerado urbano autonomizar-se-á, gradualmente, da obra da rainha D. Leonor, embora a cidade, nascida das águas, ainda hoje perpetue o seu nome.

Recebido em/Text submitted on: 16/04/2012

Aceite em/Approved on: 10/05/2012

---

<sup>74</sup> O estatuto de cidade foi concedido à vila das Caldas da Rainha em 1927.